

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO CIDADÃ

Flávia Pereira Salazar Ribeiro¹
Juliana Cordeiro Soares Branco²

Resumo

Diversas pautas identitárias têm sido discutidas pela sociedade, em grande parte, catalisadas pelos movimentos sociais. Reforma agrária, debates étnico-raciais, luta por moradia digna nas cidades, combate a violência doméstica contra mulheres, identidade de gênero e sexualidade, debates sobre educação cidadã, entre outros. Em vários níveis, a educação atua de forma a engendrar tecidos sociais tão diversos e assume papéis na educação formal e não formal. Nesse cenário, este artigo aborda questões relacionadas a educação e aos movimentos sociais, entendidos como espaços promotores de reflexões sobre cidadania e propositores de novos formatos na prática educacional. A pesquisa foi de caráter bibliográfico e envolveu o estudo de obras de Paulo Freire e Miguel Arroyo.

Palavras-chave

Movimentos sociais; Ensino oficial; Educação cidadã; política de ensino; protagonismo social.

Recebido em: 15/09/2021
Aprovado em: 29/11/2021

¹ Mestranda pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG. E-mail: flaslz@hotmail.com

² Possui doutorado em Educação pela FaE UFMG, mestrado em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Atualmente é professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, no Curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana-PPGE. Email: juliana.branco@uemg.br

SOCIAL MOVEMENTS AND CITIZEN EDUCATION

Abstract

Several identity guidelines have been discussed by society, largely catalyzed by social movements. Agrarian reform, ethnic-racial debates, struggle for decent housing in cities, combating domestic violence against women, gender identity and sexuality, debates on citizen education, among others. At various levels, education acts to engender such diverse social fabrics and takes on roles in formal and non-formal education. In this scenario, this article addresses issues related to education and social movements, understood as spaces that promote reflections on citizenship and propose new formats in educational practice. The research was bibliographical in nature and involved the study of works by Paulo Freire and Miguel Arroyo.

Keywords

Social movements; Official education; Citizen education; education policy; social protagonism

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os indivíduos se agregam em busca de objetivos comuns e mais do que isso, se organizam para reivindicar direitos que lhes são negados por um sistema político, econômico e social, regido por um padrão ético e moral sectário, que não reconhece a existência de diversos sujeitos e suas demandas específicas.

A história dos movimentos sociais remonta de muitos séculos e é pautada por lutas que têm dado voz a tantos silenciados. Há várias teorias que demonstram seus aspectos intrínsecos ou formativos, composição, organização e/ou objetivos e que os reconhece enquanto força coletiva que busca redistribuir ou mesmo modificar as condições de subalternidade em que diversos sujeitos são encerrados, sem benefícios mínimos que, em regimes democráticos justos, deveriam ser garantidos a todos e não ser privilégio de alguns grupos.

Na dimensão política desses regimes são criados órgãos administrativos para legislar ou implementar ações de interesse geral sobre direitos individuais ou coletivos de natureza civil ou penal, moradia e propriedade, e tantos outros aspectos que compõe o corpo normativo legal. A educação é um desses temas e possui bases curriculares definidas, diretrizes, objetivos e ações, além de metas de resultado aferidas por meio de avaliações periódicas.

Alguns aspectos necessitam de reflexão, sobretudo quanto a eficácia da adoção de um modelo engessado como único caminho para que o objetivo de ensino aprendizagem seja alcançado, sobretudo, quando direcionado a indivíduos com realidades sociais tão múltiplas e normalmente desconsideradas na construção desse instrumento de gestão, que são as bases e diretrizes nacionais da educação.

Quando se fala em educação, não se pode ignorar que ela é multifacetada e não está restrita ao aprendizado formal dos conteúdos curriculares de cada disciplina, ela rompe barreiras e possui íntima relação com o campo da ética, da cidadania e da humanização. A tentativa do governo brasileiro em emplacar um Projeto de Lei como o “Escola sem partido”, com o discurso de não promoção de uma determinada ideologia, possui um viés alienante, com intenção de suprimir a capacidade de reflexão dos sujeitos. Os

movimentos sociais, ao trazerem inquietações permanentes sobre pautas sociais variadas, promovem um exercício de educação cidadã com uma práxis voltada à formação humana.

Diante desse contexto, não se pode ignorar que a política educacional institucionalizada no país ainda permanecem integralmente voltada ao padrão de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para atender demandadas instrucionais do mercado de trabalho, por meio de comandos gerais desconectados com as realidades dos sujeitos. A partir dessas reflexões, elaborou-se este artigo com o objetivo de apresentar reflexões sobre a educação formal e não formal, em sintonia com os movimentos sociais e suas ações em busca de uma educação cidadã. Foi realizada pesquisa bibliográfica em obras de Paulo Freire e Miguel Arroyo.

Os resultados da pesquisa inferem que o papel dos movimentos sociais vai além do despertar de consciência e reumanização dos indivíduos, pois engloba a proposição de metodologias e práxis pedagógicas, por meio de algumas experiências de ações educativas, como é o caso da construção de escolas com visões mais amplas e conectadas com a promoção dos conceitos de ética, cidadania e direitos humanos e sociais.

O valor maior dos movimentos sociais é restabelecer a autoestima de indivíduos que já haviam desistido de lutar por dignidade e que, sozinhos, não conseguiriam mudar essa situação, uma vez que o capitalismo precisa dessa base oprimida pra manutenção daqueles que estão no topo da pirâmide. A absorção, na prática, do conceito de cidadania, estimula a resistência em não aceitar passivamente as diversas formas de abandono imposta pelo sistema oficial, como o desemprego, mendicância e extermínio por questões de raça ou gênero. A educação é um dos mais poderosos instrumentos de luta por transformação, ainda que as mudanças ocorram de maneira lenta, ainda que contínua.

EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL: REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A educação enquanto base instrumental para aquisição de conhecimentos formais é amplamente aceita e difundida, porém, cabe reflexão sobre as implicações que causa sobre o indivíduo quando ele retorna ao seu ambiente de vivências, uma vez que, em grande parte, essas vivências não dialogam com o que é expresso no currículo oficial de base comum. Além disso, a educação formal não reflexiva sobre direitos, base para o exercício da cidadania, contribui para manutenção de privilégios de uma pequena elite.

Buffa, Arroyo, Nosella (2003) apresentam uma discussão extremamente necessária a respeito da “tese da imaturidade das camadas populares”, utilizada ao longo do tempo, por diversos governos, inclusive liberais do império e grande parte dos ditos progressistas atuais, como justificativa para que seja negada, àquelas camadas, o exercício da cidadania, ressaltando que lhes é negado, em última análise, a própria humanidade. Segundo os autores, a “falta de educação” é utilizada pelas elites como uma maneira de manter a subalternidade desse imenso contingente populacional.

A tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania é uma constante na história do pensamento e da prática política. Os longos períodos de negação da participação são justificados porque o povo brasileiro não está, ainda educado para a cidadania responsável. (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 2003, p.33).

Arroyo (2003, 34) afirma que “essa ênfase no peso político da educação está vinculada a opções políticas e a sistemas de pensamento mais globais que, ao longo de décadas, vêm orientando intelectuais, governantes e educadores em sua prática” e questiona a ênfase do educativo como mecanismo real de inclusão:

Tentar refletir sobre essas ideias e ideais é uma tarefa necessária, em primeiro lugar, para entender em que medida a forma como vem sendo colocada a relação entre educação e cidadania está contribuindo para garantir a cidadania dos trabalhadores, ou, ao contrário, está contribuindo para justificar e racionalizar sua exclusão. (ARROYO, 2003, p.34).

Freire (1987) também aponta a manipulação das elites para impedir que as massas se organizem e comecem a pensar. Ele nos diz que apenas com o entendimento do oprimido, de que precisa viver para si, a tomada da consciência se dá, com o entendimento de que ele também pode ser sujeito.

Se as massas populares dominadas, por todas as considerações já feitas, se acham incapazes, num certo momento histórico, de atender a sua vocação de ser sujeito, será, pela problematização de sua própria opressão, que implica sempre numa forma qualquer de ação, que ela poderão fazê-lo. (FREIRE, 1987, p.96).

Se por um lado houve esse descortinar da lógica elitista em manter essas camadas longe das tomadas de decisão, também é possível perceber um movimento de organização em torno de pautas já tradicionais, como reforma agrária e racismo, e o surgimento de novas e heterogêneas lutas, em grande parte, fomentadas pelos movimentos sociais.

O RUÍDO DAS RUAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A teoria clássica marxista destacou a ação do proletário como uma importante força em busca de melhoria das condições de vida diante da exploração capitalista. Segundo Gohn (2010, 27), Marx “não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social, concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes”.

Os sindicatos impulsionavam em grande medida os movimentos sociais, no entanto, devido ao agravamento da crise econômica, vem ocorrendo arrefecimento de sua força, resultando em perdas significativas de direitos trabalhistas.

Gohn (2010, p. 24) explicita que nos anos 50 e 60 “o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo períodos históricos grandes. Assim denominavam-se movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais – nazismo e fascismos, etc -, assim com as ideologias libertárias e religiosas (Bertrand Russel na década de 60)”. Ela aponta que nesse período surgiram movimentos por direitos civis, nos

EUA e na Europa, houve movimentos de estudantes pelas mulheres, pela paz e contra a guerra do Vietnã, no anos 60.

Nesse contexto, Aberle (1966) apud Gohn (2010, p.24) classificou os movimentos sociais de acordo com os níveis de afetação pretendidos em relação às estruturas e aos indivíduos, podendo ser total ou parcial. Gohn (2010, p. 39), a respeito do caráter dos movimentos sociais, afirmou que a partir dos anos 2000 “na prática concreta, a grande novidade que alimentou a produção teórica do novo milênio, foram os movimentos sociais globais.”

Os movimentos contemporâneos ampliaram as pautas para muito além das questões de classe, pulverizando-as em várias outras demandas. Eles surgem como uma força de resistência que atualizam as demandas do corpo social ao trazerem pautas que a burguesia capitalista busca silenciar ou invisibilizar, sobretudo em um cenário cada vez mais conservador.

O “ruído” das ruas, tão vasto e diverso, continua em expansão e os movimentos sociais que o traduz, são capazes de ser organizar em torno de pautas comuns pela cidadania, mesmo em meio a sua heterogeneidade. Não se trata apenas de respostas às questões viscerais que se instalaram na sociedade, e que continuem urgentes, como o direito a moradia, a terra ou a distribuição de renda, esses novos “ruídos” trazem originalidade ao expor novas necessidades. Melucci (2001, p.21) esclarece que os movimentos sociais não são apenas um produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre mas são, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo.

Quando se fala de um movimento social, refere-se geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que no seu interior contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças. (MELUCCI, 2001, p. 29).

Melucci (2001) apud Tolêdo (2016, 1046) “entende o movimento social como uma forma de ação coletiva que abraça muitas dimensões: da solidariedade, do conflito e de ruptura com os limites do sistema em que ocorre a ação”. Além disso, enfatiza:

a importância tanto dos canais de comunicação internos na construção das redes que formam os grupos sociais, quanto dos canais externos para a eficácia da tradução das novas demandas para a esfera pública”, na luta pelo “acesso aos bens materiais ou por reformas políticas.”. (MELUCCI, 2001 apud TOLÊDO, 2016, 1046)

Freire (1987, p. 83 e 84), identificou o estratagema utilizado pelos opressores, como forma de dominação das massas, ao inculcarem a ideia de que estão sendo:

defendidos contra a ação demoníaca de marginais desordeiros, inimigos de Deus, pois que assim são chamados os homens que viveram e, vivem, arriscadamente, a busca valente da libertação dos homens. Quando esse mecanismo falha eles modificam a estratégia “inoculando o apetite burguês do êxito pessoal.

Freire (1987), em relação a polarização entre opressores e oprimidos, identifica que, no processo, ambos são desumanizados e que deverá ocorrer a superação desse conflito, visto que, não seria objetivo o oprimido se tornar o novo opressor, uma vez que “esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao recuperarem sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (FREIRE, 1987, p. 16).

Buffa, Arroyo e Nosella (2003, p.31) destacam a importância pedagógica dos movimentos sociais ao trazerem temas que não são integrados aos currículos formais das instituições de ensino, explicitando que “não é temerário supor, que essas mobilizações agiram como pedagogas nos aprendizados dos direitos sociais, especificamente do direito à educação”. Essa nova forma de pensar permite às camadas populares não acreditarem na “boa vontade” do governo e a passar a entender o fruto de suas lutas não como favor, mas como direitos:

Os movimentos geram um saber e um saber-se para fora. Um ser que alarga seu saber local e se amplia. Os sujeitos que participam nesses movimentos vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo fora, para se entender como coletivo nessa “globalidade”. São munidos de saberes, valores, estratégias de como enfrentá-lo (ARROYO, 2011, 39).

No Brasil, uma parte das pautas levantadas pelos movimentos sociais acaba por reverberar nos organismos formais e políticos, uma vez que no regime democrático brasileiro, os cidadãos podem propor mudanças na legislação, a exemplo dos partidos políticos, membros do Congresso Nacional, associações, etc. Elas são discutidas em comissões especiais que as formalizam por meio de propostas de projetos de lei que, eventualmente, podem se transformar em Lei e modificar estruturas rígidas.

A política brasileira, quando liderada pelos governos de esquerda, costuma tanto criar novos instrumentos legais, quanto alterar os obsoletos, promovendo políticas públicas mais equitativas, o que pode significar uma relação mais amistosa e produtiva, em termo de escuta ou atendimento de demandas sociais propostas pelos movimentos sociais.

Por outro lado, governos à direita tendem a ser mais reacionários e não receptivos às demandas, promovendo, inclusive, o desmonte do que já foi conquistado. Sob sua égide, ocorre de maneira contumaz a criminalização dos movimentos sociais junto a sociedade, por meio de fake news, como por exemplo, a ideia que é veiculada de que os movimentos sociais agrários ou por moradia, de natureza urbana, invadem terras produtivas nos campos ou imóveis habitados, nas grandes cidades

Os movimentos sociais, à revelia dessa falsa imagem que lhes é imputada, das perseguições e do desaparecimento de seus líderes, se renovam e continuam revolvendo velhas estruturas arcaicas, para dinamizar e trazer à tona demandas que, por muitos anos, não fizeram parte das agendas sociais e, principalmente, políticas. Daí a importância em pesquisar e compreender a relação que pode se estabelecer na discussão entre educação e movimentos sociais, a partir das experiências educativas concretas.

A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL: MST, MOVIMENTO LGBTQI+ E OUTRAS EXPERIÊNCIAS

O processo de redemocratização do país trouxe a avidez de uma participação popular mais intensa, com atores e demandas variadas, sobretudo

a partir dos anos 90. Essa movimentação social repressada, depois de tantos anos de ditadura militar, revela uma busca pelo protagonismo social e participação nas decisões políticas a serem construídas nesse momento histórico. A esse respeito, esclarece Tolêdo (2016):

A nova cidadania transcende o foco privilegiado da relação com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, para incluir fortemente a relação com a sociedade civil. O que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual “queremos” ser incluídos. (TOLÊDO, 2016, 1048)

Gohn (2016) esclarece que a relação da educação com os movimentos sociais é histórica e contemplam diversos formatos, com uma ação que pode ocorrer tanto no campo da prática quanto de forma instrucional:

A relação movimento social e educação ocorre de várias formas- a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais, no próprio movimento social, dado caráter educativo de suas ações na sociedade, e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) (GOHN, 2016, p. 02).

A autora revela que os movimentos pela educação, no Brasil, remontam da década de 60, assim como a resistência contra a ditadura militar, apesar de todas as pressões, inclusive no momento do AI-5, em 1968, que se configurou como a face mais violenta do regime.

No Brasil, as experiências de educação não formal ainda são vistas com desconfiança pois se baseiam na revalorização das tradições ancestrais, que por isso mesmo têm o caráter de resistência. As experiências de escolas em acampamentos do movimento dos sem terra (MST) são uma realidade, que tem como principal foco manter vivo o ideal de repartição fundiária e o despertar da cidadania nesse público.

O assentamento Normandia, desapropriado em 1998 se tornou um dos maiores do país sendo espaço de formação do Movimento dos Sem Terra (MST). Nele funciona o Centro de Formação Paulo Freire, em Caruau-PE, onde se desenvolvem atividades educativas com oferta de turmas de ensino fundamental

e práticas ambientais, sendo o “ Pé no Chão”, a principal delas. “O Pé no Chão é um curso realizado em três etapas, tendo como base vivências e práticas em agroecologia, o curso é oferecido às pessoas de todas as idades que vivem nos acampamentos e assentamentos do estado.” (CLACSO, 2019).

Após um longo período de resistência, houve, em 1998, a desapropriação para fins de reforma agrária e indenização ao antigo proprietário, tornando Normandia um assentamento. Na área, vivem 41 famílias, que têm como espaço coletivo o centro de capacitação, três agroindústrias, 52 alojamentos, salas de aula, auditório para 700 pessoas, centro comunitário, quadra esportiva, academia pública para atividades físicas, creche e refeitório (BRASIL DE FATO)

Apesar de a desapropriação ter sido autorizada, as famílias assentadas estão ameaçadas de despejo após pedido de reintegração de posse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Se levada adiante, além de leva a extinção do Centro de formação Paulo Freire também impactará a agricultura ecológica lá desenvolvida, que atende escolas municipais da região, o que é um exemplo de retrocesso de um governo indiferente a pautas agrárias ou ligadas ao meio ambiente.

Se levada adiante, a desapropriação deve afetar a produção e beneficiamento de alimentos sem veneno em todo o estado de Pernambuco. Somente nas agroindústrias cooperativas da Normandia participam cerca de 2 mil camponeses da região, que processam seus alimentos sem agrotóxicos, e os fornecem para cerca de 400 escolas públicas de 20 municípios do agreste à região metropolitana de Recife. O Assentamento Normandia produz até 100 toneladas de carnes, mais de 180 toneladas de pães e bolos, e mais de 200 toneladas de raízes e tubérculos por ano. (Brasil de Fato)

Infelizmente, a catalogação das experiências educativas não formais, que consideram as realidades de quem as frequenta, seja no campo, ou em comunidades ribeirinhas, por exemplo, ainda são insipientes. Manuela Aquino, da Direção do MST, no Estado de São Paulo, aponta que “no último levantamento foram contabilizadas 56 escolas estaduais em áreas da Reforma Agrária no estado. Porém, ainda não existem dados referenciais por parte da própria secretaria estadual de educação”. Somente no ano de 2018 que se iniciou o processo de diagnóstico sobre as escolas do campo em São Paulo e quais delas estão em áreas de assentamento. (MST, 2020)

Sobre as experiências da educação no campo não é de se esperar uma reprodução do modus operandi da educação formal nesse espaço, mas a integração e contribuição das experiências de quem o habita. Arroyo (1999, p. 14) afirma a existência de “uma série de experiências inovadoras coladas às raízes populares, ao movimento de renovação pedagógica, na cidade nos municípios e também no campo”.

Não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico.[...]Estou acompanhando várias propostas pedagógicas, em Belo Horizonte, a Escola plural; em Brasília, a Escola Candanga, em Porto Alegre, a Escola cidadã e em Blumenau, a Escola sem fronteiras.

Paulo Freire, quando era secretário de educação no governo Luiza Erundina, do PT (1989-1992), na cidade de São Paulo, implantou uma gestão que consistia em levar o conhecimento a jovens e adultos, capacitar professores e fazer com que os alunos participassem da gestão escolar. Trata-se de um movimento precursor, que incluía os sujeitos em várias etapas do contexto educacional, ampliando a educação para muito além do ensino de conteúdos. Franco (2014, p. 111) apresenta um documento, do início da gestão de Paulo Freire à frente da secretaria Municipal de educação de São Paulo, onde fica clara sua intensão de levar uma prática reflexiva às escolas:

A marca que queremos imprimir coletivamente às escolas privilegiará a associação da educação formal com a educação não-formal. A escola não é o único espaço da veiculação do conhecimento. Procuraremos identificar outros espaços que possam propiciar a interação de práticas pedagógicas diferenciadas de modo a possibilitar a interação de experiências. Consideramos também práticas educativas as diversas formas de articulação que visem contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social (SME/SP, 1989, p.7).

São vários os exemplos, em diferentes campos, uma vez que os movimentos sociais atuam em diversas frentes. Um exemplo recente, foi a ocupação de escolas no Estado de São Paulo, em 2015, por estudantes e professores, organizados e conscientes em sua luta pela educação, com o intuito

de evitar seus fechamentos pelo poder público, sob o pretexto da realização de uma “reorganização escolar”.

Influenciado pelo debate sobre violência doméstica sofrida pelas mulheres, alguns governos locais, têm criado leis, baseadas na Legislação Federal, como por exemplo, a que garante o aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica, no Estado do Maranhão:

Foi assinada nesta sexta-feira (02) a Lei que cria o Aluguel Maria da Penha, aluguel social destinado a mulheres vítimas de violência que não podem retornar aos seus lares. O programa propõe o valor mensal de R\$ 600,00, em um período de até 12 meses. Mulheres em situação de vulnerabilidade e que tenham filhos menores de idade têm prioridade (RODRIGUES, 2010).

56

No campo político, cabe lembrar a luta pela redemocratização do país, embalado pelo movimento das Diretas Já, nos anos 80 e dos “cara-pintadas”, em 1992, que saíram às ruas em protesto contra a corrupção e clamando pelo pedido de impeachment do presidente, além de alguns movimentos estudantis pela educação:

As ocupações às reitorias durante os anos 2007 e 2008 aparecem como o quinto ciclo de mobilização e a “nova cara visível” dos movimentos estudantis brasileiros. As questões da ética estavam na pauta estudantil desde a era Collor com os “Caras Pintadas”, mas em 2007/2008 elas assumem novo sentido, dirigem-se para a democratização das próprias universidades (GOHN, 20016, p.03).

Em meio ao cenário político atual e a vitória do atual governo conservador, nas eleições de 2018, observa-se o retrocesso de pautas sociais históricas, como meio ambiente, moradia, racismo e reforma agrária, sendo veiculadas bandeiras negacionistas, inclusive, sobre pressupostos científicos basilares. Embora sejam observados protestos nas ruas pela perda de direitos trabalhistas ou direitos humanos, a polarização do atual momento, enfraquece essas manifestações, com cidadãos inclusive, afinados com alguns retrocessos, daí se tornar ainda mais urgente a educação voltada para cidadania.

Sobre questões de gênero e sexualidade (LGBTQI+), a tentativa de retrocesso é flagrante, sobretudo ao observarmos que o Brasil já teve o

protagonismo nas questões ligadas a adequação de gênero, sendo vitorioso o reconhecimento, em 2008, do direito de qualquer cidadão assinar o nome social com o qual se identifica, enquanto gênero:

O Brasil foi o primeiro país latino-americano — e um dos pioneiros do mundo — a assegurar o direito ao processo transexualizador (nome técnico da cirurgia) no sistema público de saúde. A conquista foi o resultado de uma construção conjunta entre movimentos sociais LGBT, especialistas e gestores do Executivo federal (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2008).

Mas, apesar do discurso de ódio, em 2019, duas ações sobre a criminalização de condutas discriminatórias contra a comunidade LGBTQIA+, uma delas protocolada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que “declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) até que a norma seja aprovada pelo Parlamento (PUTTI, 2019).

Diante de todos esses avanços e retrocessos, está a resistência e a certeza de que ainda há a um longo caminho a ser trilhado para que sejam proporcionadas condições dignas e de equidade social em todos os matizes, e que a educação cidadã é a chave para a que se levantem vozes em todos os cantos do país.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O capitalismo, desde sua criação, busca forma de se reproduzir e se propagar. O mecanismo originário sempre decorreu da exploração dos mais suscetíveis. A dicotomia capital versus trabalho passou a revelar quem eram esses atores que constituam a dimensão do trabalho. Percebeu-se que eram múltiplos, devido ao fato do capitalismo se valorizar com a exploração dos mais humildes, mas revelou-se que a gama variada de indivíduos também travam suas próprias batalhas identitárias.

São grupos amalgamados na luta de classe, mas compostos por indivíduos diminuídos e marginalizados, em busca de um lugar ao sol: mulheres

agredidas, grupos étnicos-raciais violentados tanto em seus corpos quanto em sua cultura, incluindo a religiosidade, pessoas silenciadas em suas questões de gênero e sexualidade e muitos outros.

O papel dos movimentos sociais vai além da ação, passa pelo despertar de consciência e conseqüentemente em uma ação pedagógica no sentido de reumanização dos indivíduos, do ensinamento pela práxis.

Muito foi conquistado a partir do momento que foi sendo absorvido na prática o conceito de cidadania participativa. A educação figura entre essas lutas por transformação ainda de maneira tímida, mas continuada. As escolas que resistem nos acampamentos são modelos que permanecem e permanecerão seguindo as lutas e ideias de Paulo Freire e seus seguidores.

Continuam a eclodir vozes silenciadas por todos os cantos, e apesar da lentidão das conquistas, que ainda passam por avanços e retrocesso, influenciadas pelos governos que se sucedem e suas políticas, as mudanças estão em curso. Cabe a cada um e a todos essa reflexão, por meio de mais pesquisas e discussões a respeito desse tema, reconhecendo a importância dos movimentos sociais como vetor também de formação de cidadãos para o despertar da consciência de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABERLE, David. 1996. *The peyote Religion Among the Navaho*. Chicago, Aldine Press.

ARROYO, Miguel González. *Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais*. In. NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Org.). Miguel González Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ARROYO, Miguel González; BERNARDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília-DF: articulação básica por uma educação básica do campo. 1999. Coleção por uma educação básica do campo, nº 2. Disponível em: <https://www.academia.edu/4049553/Arroyo_por_uma_educacao_do_campo> Acesso em: nov.2021

BRASIL DE FATO. *Maior centro de formação do MST no nordeste é ameaçado de despejo*. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/especiais/maior-centro-de-formacao-do-mst-no-nordeste-e-ameacado-de-despejo> > Acesso em: out.2021.M>>>O

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel Gonzáles; NOSELLA, Paolo. *Educação e exclusão da cidadania*. In. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 94 p. MST NO NORDESTE É AMEÇADO DE DEEJO

CLACSO. *O Centro de formação Paulo Freire está para ser despejado*. 06 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.clacso.org/o-centro-de-formacao-paulo-freire-esta-para-ser-despejado/> > Acesso em: nov.2021M

COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE/MST. *No sudeste, legado de Paulo Freire é semente para educação do campo*. 28 de setembro de 2020. Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/09/28/no-sudeste-legado-de-paulo-freire-e-semente-para-educacao-do-campo/> > Acesso em: out.2021.

FRANCO, Dalva de Souza. *A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 – 1991) e suas consequências*. Pro-Posições | v. 25, n. 3 (75) | p. 103-121 | set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/DstDxKRdPqn98qwyMxLYn5p/?format=pdf>> Acesso em: nov.2021. > Acesso em: out.2021. M

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade*. In: XI ANPED Sul. Reunião Científica regional da ANPED. 24 a 27 de julho de 2016/UFPR – Curitiba-PR. Disponível em: < <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>> Acesso em: out.2021

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Transexualidade é respeitada no SUS*. 18 de agosto de 2008. Disponível em: <> Acesso em: out.2021M <http://memorialdademocracia.com.br/card/transexuais-tem-direitos-reconhecidos> > Acesso em: out.2021.

PUTTI, Alexandre. *Por 8 a 3, Supremo aprova a criminalização da LGBTfobia*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtfobia/>> Acesso em: out. 2021.

RODRIGUES, Lorena. *Aluguel Maria da Penha ampara vítimas de violência doméstica no Maranhão.* Disponível em: <<https://www.ma10.com.br/2020/10/03/aluguel-maria-da-penha-ampara-vitimas-de-violencia-domestica-no-maranhao/>> Acesso em: out.2021

TOLÊDO, Hercúlio Pereira; *Lutas sociais e cidadania: reflexões sobre os movimentos sociais como elementos de resistência e posicionamento político da sociedade brasileira*, p. 1130-1138 . In: Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas [=Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]. São Paulo: Blucher, 2016. ISSN 2359-2990, DOI 10.5151/sosci-xisepech-gt12_116